

RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.969 - AM (2017/0021930-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : CONSTRUTORA RAYOL LTDA - ME
ADVOGADOS : ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA - AM002275
ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA E OUTRO(S) - AM003139
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
INTERES. : SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS -
SUHAB

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 535 E 458 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

DECISÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (DEFENSORIA) ajuizou ação rescisória contra CONSTRUTORA RAYOL LTDA. (CONSTRUTORA), visando desconstituir sentença transitada em julgado proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus - AM, nos autos da Ação de Reintegração de Posse (Proc. nº 0210222-77.2008.8.04.0001), que julgou procedente o pedido para determinar a reintegração da posse do imóvel localizado na Rua F, Conjunto Jardim Amazonas, Bairro de Flores.

Sustentou, em síntese, a ocorrência de violação literal do art. 472 do CPC/73, afirmando que deve ser declarada a nulidade da sentença em virtude de vício do ato citatório e de ausência de representação processual dos assistidos. Acrescentou que em juízo possessório não se discute domínio e que a CONSTRUTORA não demonstrou melhor posse do que os moradores, bem como pugnou pela necessidade de formação de litisconsórcio com o Estado do Amazonas.

O pedido de antecipação de tutela foi indeferido pelo Juízo plantonista do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) (e-STJ, fls. 166/169).

O agravo interno que desafiou a decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada foi provido pelo TJAM, para suspender a reintegração de posse decorrente da sentença alvo da ação rescisória (e-STJ, fls. 462/473).

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) julgou extinta a ação rescisória, sem resolução do mérito, em relação a pretensão de anulação da

sentença por vício no ato citatório, e, quanto aos demais pleitos, julgou improcedente os pedidos, nos termos da seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, DO CPC. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI. VÍCIO NA CITAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA RESCISÓRIA NESTE PONTO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO TRIBUNAL. VÍCIO NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DOCUMENTO PÚBLICO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE DOMÍNIO EM JUÍZO POSSESSÓRIO. DEFERIMENTO DA POSSE SUPEDANEADO NAS PROVAS COLIGIDAS AOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RESCINDENDA.

I - As sentenças inexistentes, a exemplo das prolatadas em processo em que ausente citação válida, não se enquadram nas hipóteses de cabimento da ação rescisória. O instrumento processual cabível ao desfazimento de tais decisões é a ação declaratória de inexistência ou querela nullitatis insanabilis, cuja competência para processamento e julgamento pertence ao próprio juízo que proferiu a decisão inexistente. Precedentes do STJ.

II - Vício na representação processual não comprovado. Em razão de a certidão do oficial de justiça deter fé pública, há presunção de autenticidade e veracidade do conteúdo do documento público, na forma do art. 364 do CPC. Logo, para haver a desconstituição da presunção erigida em relação ao conteúdo dos documentos públicos, é necessária robusta prova em sentido contrário, o que não se verifica no presente caderno processual.

III - Por fim, do cotejo do arcabouço probatório carreado aos autos, é iniludível a moléstia à posse da empresa construtora. Os depoimentos pessoais dos requeridos se coadunam às fotografias anexadas à inicial, as quais demonstram a construção de moradias de madeira no imóvel de propriedade da requerida e, conseqüentemente, o esbulho praticado.

IV - Rescisória extinta sem resolução do mérito em relação à pretensão de anulação da sentença por vício no ato citatório, com fundamento no art. 267, VI, do CPC ; e julgada improcedente no que pertine aos demais pleitos, com base no art. 269, I, do CPC (e-STJ, fls. 347/348).

Os embargos de declaração opostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MINISTÉRIO PÚBLICO), na condição de fiscal da lei, foram rejeitados (e-STJ, fls. 531/540), em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE CAUSAS DE PEDIR NOVAS. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração, é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 535 do CPC, não cabendo o acolhimento de Aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da admissão.

II - Em razão da impossibilidade de inovação objetiva da demanda, corolário do princípio da estabilização, descabia a análise das novas causas de pedir no acórdão embargado. A não apreciação dos vícios rescisórios contidos no parecer ministerial de fls. 218/231 trata-se de um reforço aos princípios constitucionais da segurança jurídica, do contraditório, da ampla defesa e, sobretudo, do devido processo legal.

III - Embargos de Declaração Rejeitados (e-STJ, fls. 531/532).

Inconformado, MINISTÉRIO PÚBLICO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, II, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 535, I e II e, 458, II, do CPC/73, ao sustentar que **(1)** a ausência de consideração, nas razões de decidir da sentença rescindenda proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus, a respeito da repercussão social do mencionado litígio arguida no Parecer Ministerial, no que concerne ao direito de moradia de comunidade de provável estado de vulnerabilidade social e econômica, das famílias situadas no lote de terras nº 3, da Rua F, Conjunto Jardim Amazonas, Bairro da União, no município de Manaus - AM, mostra que ela incorreu em defeituosa fundamentação; **(2)** a matéria pertinente ao *déficit* de motivação da sentença de mérito rescindenda se insere na causa de pedir da ação rescisória, já que lá se alegou violação ao devido processo legal, de modo que cabia o pronunciamento sobre o tema pela sentença rescindenda, mostrando-se deficiente a sua fundamentação; e **(3)** deve ser anulado o acórdão recorrido, de maneira que o TJAM se posicione, de forma expressa, fundamentada e congruente, sobre o *déficit* de motivação da sentença de mérito rescindenda, no que se refere a repercussão social da resolução do litígio, quanto ao direito de moradia da comunidade em provável estado de vulnerabilidade social e econômica.

Foram apresentadas contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls.

617/622).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso especial, são inaplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da violação dos arts. 535, I e II, e 458, II, do CPC/73.

O MINISTÉRIO PÚBLICO nos embargos de declaração que manejou, alegou que houve omissão no acórdão embargado quanto a análise da deficiência de fundamentação da sentença rescindenda a respeito da repercussão social do litígio, mormente em relação ao direito constitucional à moradia de comunidade em provável estado de vulnerabilidade social e econômica.

O TJAM rejeitou os embargos sob o fundamento de que não houve a omissão apontada, nos seguintes termos:

Dito isso, não vislumbro a presença de qualquer dos vícios aventados. Senão, vejamos.

02.07. Prescreve o art. 264 do CPC/1973:

Art. 264. Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

Parágrafo único. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo. (destaquei) 02.08. Em complemento, dispõe o art. 294 do diploma processual:

Art. 294. Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

02.09. Do cotejo dos citados dispositivos legais, extrai-se um mesmo fenômeno processual, qual seja a estabilização da demanda. Com efeito, até a citação, quando ainda não angularizada a relação processual, é lícito ao autor a modificação tanto dos elementos subjetivos (partes) como objetivos (causa de

pedir e pedido) da demanda. Após a citação, o autor somente poderá fazê-lo com o consentimento do demandado, ainda que revel. E, por fim, após o saneamento, é vedada qualquer alteração objetiva da demanda, mesmo com o consentimento do réu.

[...]

02.11. Feitas tais considerações, era vedado ao Ministério Público Estadual trazer, no parecer de fls. 218/231, novas causas de pedir rescisórias, sob pena de violação ao princípio da estabilização da demanda. Até a emissão do parecer, ocorrida após a fase de saneamento do feito, as causas de pedir, renovadas nos presentes Aclaratórios, não haviam sido ventiladas no processo. As causas de pedir em exame, conforme consta do acórdão embargado (fls. 355/372), eram: (i) violação do devido processo legal; e (ii) impossibilidade de discussão de domínio em ação possessória.

02.12. Logo, em razão da impossibilidade de inovação objetiva da demanda, corolário do princípio da estabilização, descabia a análise das noveis causas de pedir no acórdão embargado. Sendo assim, não há as omissões suscitadas no presente recuso. Ao revés, a ausência de apreciação dos vícios rescisórios contidos no parecer ministerial de fls. 218/231 trata-se de um reforço aos princípios constitucionais da segurança jurídica, do contraditório, da ampla defesa e, sobretudo, do devido processo legal (e-STJ, fls. 535/536).

Verifica-se da fundamentação supracitada que o TJAM não incorreu em omissão ou qualquer outro vício do art. 535 do CPC/73, pois examinou os temas trazidos, mas ressaltou, de maneira clara e fundamentada, que eles não poderiam ser considerados no julgamento depois de estabilizada a lide, não podendo o MINISTÉRIO PÚBLICO trazer novas causas de pedir após a fase de saneamento.

Nos termos do art. 535 do CPC/73, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

Não há se falar em ofensa ao referido dispositivo legal quando o acórdão impugnado se pronuncia, de forma clara e fundamentada, sobre as questões jurídicas e relevantes para o julgamento da causa, como se verificou no caso, em que TJAM esclareceu suficientemente e de forma fundamentada o motivo pelo qual os temas aventados nos embargos de declaração do MINISTÉRIO PÚBLICO não poderiam ser levados em consideração no julgamento.

Dessa forma, não houve a omissão que a recorrente gostaria de ver presentes pois o acórdão recorrido encontrou motivação suficiente para solução da

controvérsia que lhe foi submetida, sendo desnecessária a manifestação sobre todas as alegações apresentadas pelas partes.

A propósito, confira-se a jurisprudência desta eg. Corte Superior a respeito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. JULGAMENTO INFRA PETITA. INEXISTÊNCIA. PERÍODO DE DURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL DEFINIDO EM DECLARAÇÕES PARTICULARES COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS A DESCONSTITUIR O CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS. PREVALÊNCIA DA VONTADE DAS PARTES. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia. [...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 79.940/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado aos 6/6/2017, DJe de 20/6/2017, sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AOS ARTS. 128 E 460 DO CPC. INEXISTÊNCIA. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em que o julgamento pelo tribunal de origem não se restringe ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico-sistemática da peça inicial o que se pretende obter com a demanda.

3. Tendo o tribunal de origem decidido pela penhorabilidade do imóvel com base nos elementos de prova dos autos, a inversão do decidido esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade

do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. Além disso, enunciados sumulares possuem natureza essencialmente abstrata, não se prestando à demonstração de divergência diante da impossibilidade de cotejamento com o caso concreto. Precedentes.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 846.804/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 26/4/2016, DJe de 13/5/2016, sem destaque no original).

Ora, como as questões pertinentes ao litígio foram resolvidas fundamentadamente, mostra-se dispensável que, na égide do CPC/73, o Tribunal de Justiça local seja obrigado a examinar uma a uma as alegações trazidas pela parte, ainda mais quando se valeu de fundamentação suficiente para julgar a lide que lhe foi submetida, externando motivadamente as razões do livre convencimento daquele colegiado.

A propósito, a jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe de 1º/9/2014.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. 1. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA DO ESPECIAL. 2. VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO CLARO E FUNDAMENTADO. 3. OFENSA AO ART. 135, V, DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 4. VIOLAÇÃO DO ART. 462 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. 5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ASTREINTES FIXADAS EM DECISÃO QUE DEFERIU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO PELA SENTENÇA DE MÉRITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inviável a análise de ofensa a dispositivos constitucionais, porquanto a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal. 2. A apontada afronta ao art. 458, II, do CPC não ficou

caracterizada, haja vista o Tribunal estadual ter analisado todas as questões que lhe foram oportunamente devolvidas, declinando expressamente as razões consideradas relevantes para a formação de seu convencimento. Desse modo, não há qualquer vício de fundamentação a inquinar de nulidade o acórdão recorrido.

[...]

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp nº 740.983/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado aos 24/11/2015, DJe de 9/12/2015, sem destaque no original).

Na verdade, a recorrente apenas apresentou o inconformismo quanto ao entendimento delineado na decisão embargada, revestindo-se a pretensão de caráter manifestamente infringente, o que não se coaduna com a medida integrativa dos embargos de declaração.

Confira-se a jurisprudência desta Corte a respeito do tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. ART. 535. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. SUMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não caracteriza omissão quando o tribunal adota outro fundamento que não aquele defendido pela parte. Destarte, não há que se falar em violação do art. 535, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. A análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas, demandaria necessariamente incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 566.381/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado aos 16/10/2014, DJe de 23/10/2014 - sem destaque no original)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. INCIDENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão

Superior Tribunal de Justiça

relacionados no art. 535 do Código de Processo Civil, visam desfazer obscuridade, eliminar contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide. Ausentes essas hipóteses, não prospera a irresignação recursal.

2. O reexame de matéria já decidida com a finalidade de conferir efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Embargos de declaração rejeitados. Aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

(EDcl no AgRg nos EREsp nº 1.307.036/PI, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Corte Especial, DJe de 26/6/2013).

Desse modo, não foi demonstrado nenhum vício no aresto impugnado a ensejar a integração do julgado mostrando a correção na rejeição dos embargos de declaração, porquanto a fundamentação adotada é clara e suficiente para respaldar a conclusão alcançada no julgado.

Em suma, o argumento suscitado não constitui omissão, mas visa a rediscussão da matéria para reformar a conclusão adotada pelo julgado, o que é inviável na via eleita, bem como, ainda que para fins de prequestionamento, é imprescindível a existência de um dos vícios do art. 535 do CPC/73, o que não é o caso.

Afasta-se, assim, a alegada ofensa aos referidos dispositivos legais.

Finalmente, ressalto que a alegação do recorrente de que a matéria pertinente ao *déficit* de motivação da sentença de mérito rescindenda se insere na causa de pedir da ação rescisória se trata de inovação recursal o que não é admitido em recurso especial, sendo que tal alegação não foi levantada nos embargos de declaração que aviou.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator